



CONTRATO nº0589/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº006211/2023 de 31/07/2023

PREGÃO PRESENCIAL nº0072/2023

Pelo presente, através do Gabinete do Prefeito, o **MUNICÍPIO DE CARMO-RJ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 29128741/0001-34, estabelecido à Praça Princesa Isabel, nº 91 – Centro, nesta Cidade, representado, neste ato, pelo Ilmo. Diretor Geral do Gabinete do Prefeito, Sr. Márcio Lúcio de Souza Cordeiro, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º10.75.16.23-9 expedida pelo DETRAN - RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº072.003.777/83, residente e domiciliado na Rua Jose Benedito da Silva nº 53, Carmo-RJ,, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.659.557/0001-70, com sede à Estrada Carmo-Além Paraíba nº690 B, Influência, Carmo-RJ, neste ato representado por Erika Cerqueira Zamboni Senra, RG nº 00294304209 DNT-MG, inscrito no CPF sob o nº035.595.016-28, residente na Rua Anibal Furtado de Souza nº131, Granja 3 de Outubro, Além Paraíba-MG, Cep:36.660-000, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento no procedimento de PREGÃO PRESENCIAL nº0072/2023 que se acha vinculado ao processo administrativo nº006211/2023 de 31/07/2023 e à proposta da **CONTRATADA**, sendo regida pela Lei Federal nº14.133/2021, pelo que firmam o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A CONTRATADA se obriga ao fornecimento de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** conforme conforme descrito no Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº0072/2023 e seus anexos e demais especificações dos autos do processo em epígrafe, vinculados à Proposta de Preços apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$1.799,00 (um mil setecentos e noventa e nove reais) conforme os itens da planilha do Memorando nº0201/2025 do Gabinete do Prefeito, já computados todos os custos necessários decorrentes da execução do objeto desta contratação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO– No prazo de até 30(trinta) dias será procedido o pagamento contado a partir da apresentação da nota fiscal eletrônica emitida, desde que devidamente atestada, a qual conterá o endereço, o CNPJ, os dados bancários da empresa, a descrição clara do objeto do contrato, o valor em moeda corrente nacional e os seguintes documentos: a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive relativa à dívida ativa; b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual (Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Estado de Fazenda, inclusive relativa à dívida ativa); c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, inclusive relativa à dívida ativa; d) CRF FGTS; e) CND Trabalhista, bem como outros

MARCIO LUCIO documentos exigidos no Projeto Básico/Termo de Referência;

DE SOUZA

CORDEIRO:072

00377783

Assinado digitalmente por MARCIO LUCIO DE SOUZA CORDEIRO:07200377783
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=470840720037783, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A3, OU=(EM BRANCO), OU=Presencial, CN=MARCIO LUCIO DE SOUZA CORDEIRO:07200377783
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.12 11:09:24-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.1

PARÁGRAFO SEGUNDO – Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviços/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esse documento será devolvido à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que sejam tomadas as medidas saneadoras;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviços/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública;

M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:51659
557000170

Assinado de
forma digital por
M E C COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:5165955700
0170

Dados: 2025.09.16
11:09:49 -03'00'





CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente instrumento de contrato vigorará pelo prazo até 15/12/2025, após a homologação e emissão da Nota de Empenho, a partir da assinatura do contrato, sendo a execução do objeto de acordo com as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência que é parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA ficará obrigada a:

- Realizar a execução do objeto conforme todas as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência elaborado pelo órgão requisitante;
- Garantir a execução dos itens adjudicados de acordo com a solicitação recebida e que foram apresentadas na Licitação;
- Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado por seus empregados, aos produtos, em decorrência da execução das entregas, incluindo-se também os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for, nas áreas de abrangência dos serviços executados;
- Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato, correndo por sua conta, a substituição ou a reposição imediata dos componentes do objeto contratado, considerados inadequados pela Secretaria;
- Substituir todos os itens não aceitos, por não atendimento das especificações ou qualidade;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- assumir exclusivamente e integralmente a responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO ÚNICO – São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Projeto Básico/Termo de Referência e na legislação em vigor:

- acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações da empresa contratada, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva execução do objeto e o seu aceite;
- efetuar o pagamento à contratada nos termos do Projeto Básico/Termo de Referência;
- não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a contratada;
- prestar as informações, esclarecimentos e documentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, visando ao fiel cumprimento execução do Contrato;
- aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas necessárias;
- proceder ao rigoroso controle de qualidade dos serviços recebidos, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato;
- permitir o livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou pelos seus empregados em serviço.
- promover, através do órgão requisitante, o cumprimento das normas legais, especialmente no que se refere à Lei nº12.527 de 18/11/2011;

MARCIO LUCIO
DE SOUZA
CORDEIRO:0720
0377783

Assinado digitalmente por MARCIO LUCIO DE
SOUZA CORDEIRO:07200377783
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=4708407200128,
CN=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, OU=RFB-e-CNPJ-A3, OU=EM BRANCO,
OU=Impressão, CN=MARCIO LUCIO DE SOUZA
CORDEIRO:07200377783
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.12 11:09:50-03'00'
Font: PDF Reader Versão: 2024.2.1

M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:516595
57000170

Assinado de forma
digital por M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:5165955700017
0
Dados: 2025.09.16
11:10:04 -03'00'





CLAUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será aplicado o disposto na alínea "d" do inciso II do Parágrafo Primeiro desta cláusula às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

MARCIO LUCIO
DE SOUZA
CORDEIRO:072
00377783

Assinado digitalmente por MARCIO LUCIO DE SOUZA CORDEIRO:0720037783
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=47064072000128, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF, A3, OU=(EM BRANCO), OU=Presencial, CN=MARCIO LUCIO DE SOUZA CORDEIRO:0720037783
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.12 11:10:23-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.1

M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:5165955
7000170

Assinado de forma
digital por M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:51659557000170
Dados: 2025.09.16
11:10:20 -03'00'





V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Nos termos das hipóteses previstas na Lei nº14133/2021 a extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os procedimentos de fiscalização abrangem todas as rotinas necessárias à boa execução do Contrato;

MARCIO LUCIO
DE SOUZA
CORDEIRO:07200
377783

Assinado digitalmente por MARCIO LUCIO DE SOUZA CORDEIRO:0720037783
ID: CHER, CN=CP-Brasil, OU=47084072000128, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, CN=RFB e-CPF A3, OU=SEM BRANCO, OU=preprod, CN=MARCIO LUCIO DE SOUZA CORDEIRO:0720037783
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.12 11:11:01-0300'
Font: PDF Reader Versão: 2024.2.1

M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:516595
57000170

Assinado de forma
digital por M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:516595570001
70
Dados: 2025.09.16
11:10:35 -03'00'





PARÁGRAFO SEGUNDO - O fiscal do contrato deverá anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;

PARÁGRAFO TERCEIRO - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

PARÁGRAFO QUARTO - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Requisitante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade;

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Secretaria Requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento de Contrato se vincula integralmente ao Projeto Básico/Termo de Referência, bem como à proposta apresentada pela Contratada. Os casos omissos serão resolvidos conforme a legislação em vigor.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária nº 0100.04.122.0014.2.005.339030000000;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa, e as Leis Anticorrupção e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus funcionários e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados. Adicionalmente, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das

M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:5165955
7000170

Assinado de forma
digital por M E C
COMERCIAL
ATACADISTA
LTDA:51659557000170
Dados: 2025.09.16
11:10:49 -03'00'





Leis Anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores e colaboradores ou terceiros por ela contratados. A violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos provocados à Parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Carmo – RJ, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Carmo-RJ, 11 de setembro de 2025.

MARCIO LUCIO DE
SOUZA
CORDEIRO:07200377783

Assinado digitalmente por MARCIO LUCIO DE SOUZA
CORDEIRO:07200377783
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=47084072000126, OU=Secretaria de Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=
presencial, CN=MARCIO LUCIO DE SOUZA CORDEIRO:07200377783
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.12 11:12:12-03'00"
Formato: PDF, Versão: 2.0

MUNICÍPIO DE CARMO
Diretor Geral do Gabinete do Prefeito
Márcio Lúcio de Souza Cordeiro
CONTRATANTE
M E C COMERCIAL ATACADISTA
LTDA:51659557000170

Assinado de forma digital por M E C COMERCIAL
ATACADISTA LTDA:51659557000170
Dados: 2025.09.16 11:11:04 -03'00"

M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG n:

CPF n:

Nome:

RG n:

CPF n:

CARMO

COMPROMISSO COM O PRESENTE,
VISÃO PARA O FUTURO



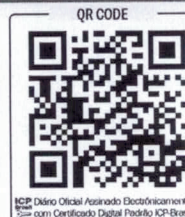


EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

DIÁRIO OFICIAL DE CARMO

ELETRÔNICO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LEI Nº 2176/2021

ANO V - Nº 1.166 - QUARTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2025 - PODER EXECUTIVO



4/9 - DECRETO Nº 6.569, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025 - ANEXO
MUNICÍPIO DE CARMO - DECRETOS

Programa de Trabalho / Natureza de Despesa	Ficha Fonte	Anulação	Suplementação
0801.1030200251.062.4490.52.00-1501000000002	140	18.960,00	
0801.1030100232.164.3390.30.00-1600000000001	77	4.000,00	
0801.1012200252.065.3390.39.00-1501000000002	24		18.960,00
0801.1030100252.060.3390.48.00-1600000000001	110		4.000,00
TOTAL		22.960,00	22.960,00

SAMUEL SOARES DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL



33682
Identificador de Publicação

5/9 - PORTARIA Nº 492/2025
MUNICÍPIO DE CARMO - PORTARIAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARMO**, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, a pedido da Comissão de** Processo Administrativo Disciplinar – PAD, o prazo do processo Administrativo nº3602/2025.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/07/2025.

Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Carmo-RJ, 16 de Setembro de 2025.

SAMUEL SOARES DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL



33676
Identificador de Publicação

6/9 - PORTARIA Nº 024/2025/CARMOPREV
FUNDO FINANCEIRO ESPECIAL DE CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - CARMOPREV - PORTARIAS

A DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO FINANCEIRO ESPECIAL DE CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - CARMOPREV, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ESTABELECIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 2.066/2019,

RESOLVE:

CONCEDER, **Pensão por Morte** a **ANTONELLA ASSUNÇÃO FURTADO** (filha), dependente de JAD ASSUNÇÃO DAVID, Estimulador Materno Infantil, matrícula 03773, segurada **ATIVA** do CARMOPREV, **falecida em 27/09/2024**, com fundamentos no **artigo 40 § 7º inciso II da CRFB/88 c/c Emenda Constitucional nº 41/2003** na proporção de 50 % (cinquenta por cento), conforme Processo de Pensão 009/2025, a partir de 16 de setembro de 2025:

Fixação de Proventos

Proventos parcela única **R\$ 759,00**

(setecentos e cinquenta e nove reais)

Carmo, 17 de setembro de 2025.

MARIA DO CARMO RAMOS GOMES
DIRETORA EXECUTIVA
PORT. Nº 720/2021



33677
Identificador de Publicação

7/9 - EXTRATO DE CONTRATO Nº 0589/2025
MUNICÍPIO DE CARMO - CONTRATOS, ADITIVOS E RESCISÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº006211/2023;

PREGÃO PRESENCIAL Nº0072/2023;

OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONFORME CONFORME DESCRITO NO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº0072/2023 E SEUS ANEXOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DOS AUTOS DO PROCESSO EM EPÍGRAFE, VINCULADOS À PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA CONTRATADA;

ICP-Brasil
Diário Oficial Assinado Eletronicamente
com Certificado Digital Padrão ICP-Brasil

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO;

CONTRATADA: M E C COMERCIAL ATACADISTA LTDA;

FUNDAMENTO: LEI FEDERAL Nº14.133/2021;

VALOR: R\$1.799,00 (hum mil setecentos e noventa e nove reais) conforme os itens da planilha do Memorando nº0201/2025 do Gabinete do Prefeito

PRAZO: 15/12/2025;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0100.04.122.0014.2.005.33903000000;



33679

Identificador da Publicação

8/9 - EXTRATO DE CONTRATO Nº 0596/2025

MUNICÍPIO DE CARMO - CONTRATOS, ADITIVOS E RESCISÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº004960/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO: N.º--0064/2025

OBJETO: prestação de serviços de emissão de certificado digital conforme Requerimento nº029/2025, Requisição nº029/2025, e demais especificações constantes dos autos do processo em epígrafe, vinculados ao ato de autorização da contratação direta e à Proposta de Preços apresentada pela Contratada.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO;

CONTRATADA: CONTRATA SOLUÇÕES E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA

FUNDAMENTO: ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº14.133/2021;

VALOR: R\$1.970,00 (hum mil novecentos e setenta reais)

PRAZO: 03 (três) anos

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº0100.04.122.0014.2.005.33903900000



33678

Identificador da Publicação

9/9 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE CARMO - EDITAIS, FÓRUMS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE CARMO RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O conselho municipal de políticas culturais de Carmo RJ, atendendo ao disposto no art.41, da LEI Nº1648, DE 30 DE ABRIL DE 20147, PUBLICADA NA TRIBUNA SERRANA.PAG.03 A 07 EM 03/05/2014, torna público que realizará ENCONTRO DE ESCUTA, através de AUDIÊNCIA PÚBLICA para submeter a contribuições, sugestões e participação do público geral na ATUALIZAÇÃO, REFORMULAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS QUE SE ENCONTAM DESATUALIZADAS, sobre parâmetros de regulamentos;

Data de Audiência Pública: 17 de outubro de 2025 (SABADO) Horário: 10 H

Local: AUDITORIO DO CENTRO CULTURAL JAIR NUNES MACUCO

Endereço: PRAÇA PRINCESA ISABEL, nº92, Centro.

1. A inscrição dos interessados em participar dos debates será feita mediante o preenchimento de ficha de inscrição que estará disponível na data e local da audiência.

2. Os debates estarão restritos à matéria constante da pauta previamente estabelecida.

3. A Audiência será presidida por Demyan Nogueira Pedro presidente do conselho municipal de políticas culturais.

4. A Mesa poderá convocar quaisquer pessoas que lhe convier, com a finalidade de melhor prestar os esclarecimentos técnicos, operacionais ou jurídicos pertinentes aos trabalhos.

5. Ao Presidente da Mesa competirá dirimir as questões de ordem e decidir conclusivamente sobre os procedimentos adotados na Audiência, sendo que, para assegurar o bom andamento dos trabalhos, poderá conceder e cassar a palavra, além de determinar a retirada de pessoas que perturbarem a Audiência.

6. Da Audiência será lavrada Ata que será assinada pelos componentes da Mesa e pelos representantes dos presentes, para posterior publicação.

7. Na Ata serão lançados todos os assuntos abordados e debatidos, principalmente, as proposições e sugestões apuradas.

8. A instalação da Audiência Pública se dará com observância das etapas a seguir:

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE CARMO RJ;